

## **Destinatários:**

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

## **267 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 30 de março a 17 de abril de 2026**

<b>1. ANTEVISÃO DO CONSELHO EUROPEU INFORMAL</b>	<b>1</b>
<b>2. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34 - POSIÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU</b>	<b>1</b>
<b>3. ELEIÇÕES LEGISLATIVAS NA HUNGRIA</b>	<b>3</b>
<b>4. UNIÃO EUROPEIA DA DEFESA - DESENVOLVIMENTOS</b>	<b>5</b>
Comissão SEDE do PE	5
Dissuasão face às atividades híbridas russas - academia	5
<b>5. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR</b>	<b>6</b>
<b>6. PREVISÕES ECONÓMICAS DO FMI - ABRIL DE 2026</b>	<b>7</b>
<b>7. VISITA DE ANTÓNIO COSTA AOS PAÍSES DO GOLFO</b>	<b>8</b>
<b>8. COMISSÃO EUROPEIA</b>	<b>8</b>
Comissão lança aplicação de verificação de idade para redes sociais e plataformas	8
Regulamento dos Mercados Digitais (DMA) - Google	8
Concorrência: Comissão propõe medidas provisórias contra a Meta no acesso ao WhatsApp	8
<b>9. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - AR/PE</b>	<b>9</b>
Audições aos Deputados portugueses ao PE	9
Grupo de Trabalho do PE para o acompanhamento do PRR	9
Missão do Parlamento Europeu avalia crise de acessibilidade à habitação	9
<b>10. REUNIÕES DO CONSELHO</b>	<b>10</b>
<b>11. AGENDA</b>	<b>10</b>
Conselho Europeu	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da UE	10

## 1. ANTEVISÃO DO CONSELHO EUROPEU INFORMAL

No contexto de uma conjuntura internacional particularmente exigente, o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, convocou uma **reunião informal dos Chefes de Estado ou de Governo, a realizar nos dias 23 e 24 de abril de 2026, em Chipre**. Este encontro visa promover uma reflexão aprofundada sobre a continuação da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia — cuja evolução será objeto de uma intervenção do Presidente Volodymyr Zelenskyy — bem como a deterioração da situação no Médio Oriente e as suas implicações diretas para a estabilidade regional e para as economias europeias.

A agenda da reunião tem dois pontos centrais (carta de convite [aqui](#)): i) a **resposta da União ao atual contexto geopolítico e de segurança**, incluindo o contributo europeu para os esforços de desescalada no Médio Oriente, a salvaguarda da liberdade de navegação e a mitigação dos impactos económicos decorrentes da volatilidade dos preços da energia. Neste quadro, será igualmente analisada a prontidão da União para responder a cenários de crise, incluindo desenvolvimentos no domínio da segurança e defesa, à luz das disposições pertinentes do Tratado da União Europeia, nomeadamente o [artigo 42.º, n.º 7. ii](#), designado **cláusula de defesa mútua**; ii) relançar a reflexão estratégica sobre o próximo **Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034**, com vista a assegurar uma adequada articulação entre o nível de ambição política da União e os recursos financeiros disponíveis, incluindo o debate sobre novas fontes de receitas próprias.

O encontro será ainda complementado por um almoço de trabalho com parceiros regionais do Médio Oriente, proporcionando uma oportunidade adicional para o reforço do diálogo político.

## 2. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34 - POSIÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

No contexto da preparação do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034, a Comissão dos Orçamentos (BUDG) do Parlamento Europeu (PE) adotou a sua posição negocial sobre o futuro orçamento de longo prazo da União, propondo um **reforço global de cerca de 10%** face à proposta apresentada pela Comissão Europeia em julho de 2025 (detalhe [aqui](#)). O relatório foi aprovado por 26 votos a favor, 9 contra e 5 abstenções, fixando o **nível global do orçamento em 1,27% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) da União, com a exclusão dos custos de reembolso da dívida do instrumento NextGenerationEU (estimados em 0,11% do RNB) dos tetos orçamentais**. O Parlamento sublinha que este nível constitui o mínimo necessário para assegurar o cumprimento das prioridades europeias, responder às expectativas dos cidadãos e enfrentar desafios estruturais, incluindo a guerra na Europa, o défice de competitividade e as crises climática e de biodiversidade. Recorde-se que a proposta inicial da Comissão Europeia considera este custos de reembolso dentro do montante de **1,27% do Rendimento Nacional Bruto (RNB)**

A posição adotada pelo PE procura equilibrar o reforço de novas prioridades — designadamente competitividade, defesa, inovação e transições digital e climática — com a salvaguarda das políticas tradicionais, em particular a política de coesão e a política agrícola comum, rejeitando explicitamente qualquer lógica de “renacionalização” do orçamento da União.

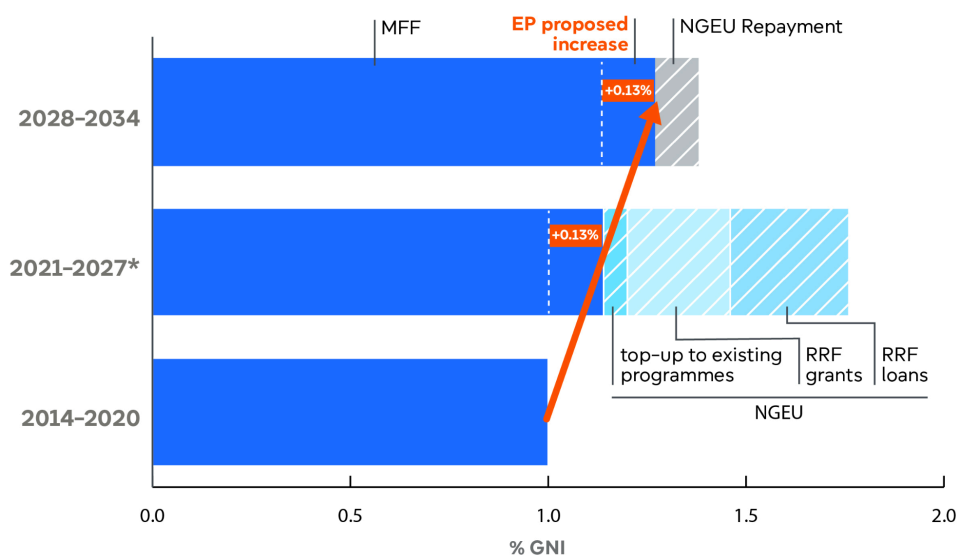
O PE manifesta a intenção de apenas iniciar negociações formais sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual quando for alcançado um acordo prévio entre os Estados-Membros quanto à dimensão global do orçamento. No plano financeiro, o PE propõe um **conjunto significativo de reforços (“top-ups”)**, traduzindo-se num aumento global estimado de +197,30 mil milhões de euros (a preços correntes), nomeadamente:

- *Política Agrícola Comum (PAC): +139,31 mil milhões de euros*
- *Fundos estruturais e de coesão: +78,87 mil milhões de euros*

- *Fundo Social Europeu (FSE): +124,19 mil milhões de euros*
- *Asilo, migração, gestão de fronteiras e segurança: +3,82 mil milhões de euros*
- *Fundo Europeu de Competitividade: +30,05 mil milhões de euros*
- *Horizonte Europa: +25 mil milhões de euros*
- *Mecanismo Interligar a Europa (CEF): +9,86 mil milhões de euros*
- *Mecanismo de Proteção Civil da UE e preparação em saúde: +1,74 mil milhões de euros*
- *Erasmus+: +6,56 mil milhões de euros*
- *AgoraEU: +2,14 mil milhões de euros*
- *Programa “Global Europe” (ação externa): +24,06 mil milhões de euros*

Isto representa um reforço de cerca de 10% do valor global do QFP dedicado às políticas, por comparação com a proposta inicial da Comissão Europeia. O PE disponibilizou um gráfico para ilustrar este aumento:

**Current and previous MFFs (% GNI) – A continuous ambition to meet the increasing challenges of our changing world**



\* including European Solidarity Reserve and Emergency Aid Reserve

O relatório sublinha igualmente preocupações quanto à governação do futuro orçamento, advertindo contra soluções que possam comprometer a transparência, a responsabilização e o controlo democrático, nomeadamente através de uma excessiva flexibilização ou da deslocação de decisões políticas para programas de trabalho da Comissão sem o devido escrutínio parlamentar. No domínio das receitas, o Parlamento reafirma a necessidade de introduzir **novos recursos próprios**, defendendo uma abordagem em “cabaz” suscetível de gerar cerca de 60 mil milhões de euros anuais, incluindo possíveis instrumentos como uma taxa sobre serviços digitais, uma contribuição sobre jogos em linha, o alargamento do mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço ou uma tributação sobre mais-valias de criptoativos.

Nas palavras do co-relator Siegfried Mureşan (PPE, Roménia), trata-se de um orçamento “suficiente e previsível”, que assegura recursos adequados para novas prioridades “preservando plenamente políticas essenciais como a agricultura e a coesão”, defendendo ainda que o reembolso da dívida do NextGenerationEU não deve ocorrer “em detrimento dos agricultores, PME, investigadores ou estudantes Erasmus”. Por seu turno, a

co-relatora Carla Tavares (S&D, Roménia) sublinhou que políticas como a PAC, a coesão ou o Fundo Social Europeu “*são a espinha dorsal da solidariedade europeia*”, advertindo que “*a ambição sem recursos é vazia*” e defendendo a criação de novos recursos próprios para financiar responsabilidades acrescidas da União.

Como próximos passos, a posição da Comissão deverá ser confirmada em sessão plenária do Parlamento Europeu (votação prevista para 29 de abril de 2026), após o que a instituição estará em condições de iniciar negociações com o Conselho.

Para mais informação: [texto e emendas](#); [Conferência de imprensa de Siegfried Mureşan \(PPE, RO\) e Carla Tavares \(S&D, PT\)](#), [dossiê do processo legislativo](#); [Dossiê informativo](#) sobre o orçamento de longo prazo da UE; [Página web dedicada do Parlamento](#).

Damos, ainda, nota de que:

- num workshop promovido pela Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do PE, especialistas analisaram o futuro da PAC no QFP 2028-2034, abordando o desenho orçamental, a distribuição entre Estados-Membros, a governação e o grau de flexibilidade do modelo proposto. Detalhe e apresentações [aqui](#);
- na apresentação de um estudo do PE (a 14 de abril), dedicado às propostas da Comissão para o QFP 2028-2034 no domínio da política de **coesão** — nomeadamente o “NRP Fund” e o pacote relativo ao FEDER, Interreg e Fundo de Coesão — foram analisados os impactos das novas abordagens em matéria de flexibilidade, previsibilidade, simplificação e concentração temática na programação e execução dos fundos. Detalhe e apresentações [aqui](#).

Do lado do Conselho, a Presidência cipriota do Conselho da União Europeia apresentou uma revisão “direcionada” da *negotiating box* do QFP, documento central das negociações orçamentais, com vista a estruturar o processo e identificar as principais questões ainda em aberto. A estratégia assenta numa abordagem faseada: numa primeira etapa, clarificar opções sem indicar os montantes; posteriormente, preparar propostas quantificadas; e, em paralelo, avançar com as negociações setoriais. O objetivo é estabilizar o quadro negocial até **junho**, permitindo aos Estados-Membros iniciar consultas políticas, num calendário particularmente exigente que prevê a apresentação de uma primeira versão com números no final de maio ou início de junho. Apesar destes avanços metodológicos, a ausência de propostas financeiras mantém abertas divergências significativas entre os Estados-Membros, nomeadamente quanto à dimensão global do orçamento, ao grau de flexibilidade e à definição de prioridades.

### 3. ELEIÇÕES LEGISLATIVAS NA HUNGRIA

No dia 12 de abril de 2026 realizaram-se **eleições legislativas na Hungria**, registando uma participação recorde de 79,56%, a mais elevada de sempre no país. De acordo com os resultados preliminares divulgados pela autoridade eleitoral nacional, o partido TISZA (PPE) obteve uma maioria expressiva, com 137 dos 199 lugares (69,35%), seguido do Fidesz (PFE), com 56 mandatos (27,64%), e do Mi Hazánk (ESN), com 6 deputados (3%). A contagem final, incluindo votos no estrangeiro e por correspondência, deverá ser concluída até ao final da semana, após apuramento nos dias 17 e 18 de abril.

Data updated: April 17, 2026 at 08:28:28 AM

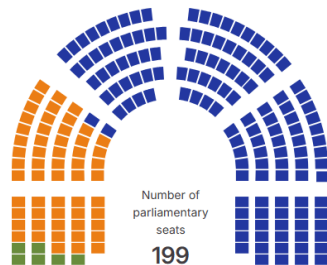
## Mandates won

National processing progress: 98.94%



### Vote processing in progress

The processing of postal, foreign mission, and transferred votes will be completed by the end of Saturday; until then, the data reflects the current state of processing.



Nominating organizations	On a list	Individual	Total	Representatives
TISZA	44	93	137	Representatives
FIDESZ  KDNP	43	13	56	Representatives
Mi Hazánk	6	0	6	Representatives

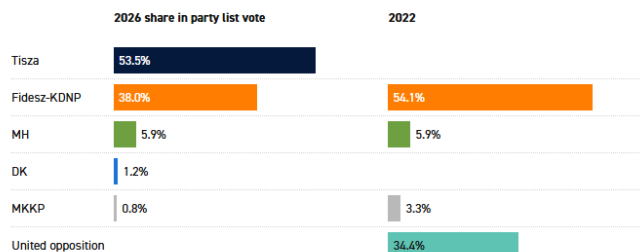
No plano institucional, o novo Parlamento deverá ser constituído no prazo máximo de 30 dias após as eleições, com a sessão inaugural a ser convocada pelo Presidente da República até 12 de maio. Nessa ocasião poderão ser igualmente constituídas as comissões parlamentares permanentes, embora este processo possa ocorrer em momento posterior. Até à formação da nova Assembleia, mantêm-se em funções os atuais Deputados.

Mais informação disponível em: <https://vtr.valasztas.hu/nyito>

Por comparação com a anterior eleição, em 2022, estes são os dados (compilados pelo *Politico*):

### Party list vote

Provisional results of the party list vote in Hungary's 2026 general election with 98.9 percent of the votes counted; 93 of the 199 seats in Hungary's parliament are filled through the party list vote.



DK, Jobbik, MM, MSZP, LMP and PM ran together in a united opposition bloc in 2022.  
Source: National Election Office

Na sequência do resultado eleitoral, Péter Magyar, líder do partido TISZA (que significa Respeito e Liberdade) anunciou a intenção de promover alterações institucionais, incluindo revisões constitucionais e mudanças em órgãos do Estado, bem como de relançar o relacionamento com a União Europeia e parceiros internacionais. Indicou igualmente a abertura de contactos com a Comissão Europeia, com vista ao desbloqueio de fundos europeus, nomeadamente no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, cujo acesso permanece condicionado ao cumprimento de requisitos jurídicos e institucionais. Neste contexto, uma delegação da Comissão Europeia deslocou-se a Budapeste, a 17 de abril, para “discussões preliminares” com representantes do partido TISZA sobre vários dossiês, incluindo o acesso da Hungria a fundos europeus no âmbito do plano de recuperação e a participação em instrumentos financeiros da União, nomeadamente o apoio à Ucrânia.

Os relatos desta semana indicam que Viktor Orbán não participará na próxima reunião informal do Conselho Europeu, a 23 e 24 de abril, devendo a Hungria ser representada, provavelmente, pelo Primeiro-Ministro da Eslováquia, Robert Fico.

Após a derrota eleitoral do partido Fidesz, o Primeiro-Ministro cessante da Hungria, Viktor Orbán, reconheceu, na sua primeira entrevista após as eleições, a dimensão do resultado, afirmando que “*a escala da derrota é grande*” e que as suas consequências implicam mais do que “*mudar uma ou duas posições*”. Admitindo o fim de um ciclo político, declarou que “*uma era chegou ao fim, tanto emocionalmente como em termos de números*”. Sublinhou ainda que a elevada participação eleitoral alterou o equilíbrio político, referindo que rapidamente percebeu que esse aumento “*se distribuiu de forma diferente em termos de simpatia partidária*”.

Orbán assumiu a responsabilidade enquanto líder partidário, afirmando que “*se tivesse antecipado o resultado, não teria feito uma campanha assim*”. Referiu ainda o impacto pessoal do desfecho eleitoral, declarando ter sentido “*dor*” e “*vazio*”, e interpretou o voto como uma escolha dos eleitores “pele futuro, e não pelo passado”, apontando para a necessidade de reorganização e renovação do espaço político que representa.

#### 4. UNIÃO EUROPEIA DA DEFESA - DESENVOLVIMENTOS

##### Comissão SEDE do PE

Durante uma audição na Comissão Segurança e Defesa (SEDE) do PE, dedicada ao reforço da capacidade europeia no domínio da defesa, o Comissário responsável, Andrius Kubilius, alertou para a necessidade de a União Europeia reforçar significativamente a sua capacidade de produção militar. Sublinhando que cerca de 40% dos equipamentos de defesa europeus são atualmente adquiridos aos Estados Unidos, o Comissário advertiu que, face ao consumo intensivo de recursos militares norte-americanos em cenários de conflito, os EUA tenderão a priorizar as suas próprias necessidades nos próximos anos. Neste contexto, defendeu uma aceleração substancial da produção europeia, considerando que o volume de produção constitui um elemento central de dissuasão, à luz da experiência recente da Ucrânia. O vídeo está [aqui](#) e o discurso [aqui](#).

No contexto do reforço da base industrial de defesa europeia, sublinhou que **a União enfrenta um desafio estrutural, uma vez que “a Rússia continua a produzir mais do que nós”**, pois “*os nossos volumes de produção estão a aumentar demasiado lentamente*”. Os dados apresentados evidenciam esta assimetria: produção anual de mísseis de cruzeiro — Rússia: 1100, UE: 300; mísseis balísticos — Rússia: 900, UE: 0; munições de artilharia — Rússia: 4 milhões, UE: 2 milhões; veículos de infantaria — Rússia: 3.500, UE: 500. Kubilius afirmou que, embora não se pretenda “*uma economia de guerra*”, importa reconhecer que “**os números de produção são o primeiro fator de dissuasão**”. Neste enquadramento, foi deixado um aviso à indústria europeia: caso não consiga “*aumentar radicalmente a produção*”, a Europa poderá procurar, em articulação com a Ucrânia, formas alternativas de superar a capacidade produtiva russa.

No plano legislativo e político, o Comissário apelou a um rápido acordo entre Parlamento Europeu e Conselho sobre as propostas da Comissão em matéria de defesa, incluindo o pacote de simplificação normativa (“omnibus”), bem como ao lançamento célere das negociações sobre mobilidade militar. Por último, a Comissão anunciou um investimento superior a mil milhões de euros no âmbito do Fundo Europeu de Defesa, apoiando 57 novos projetos nas áreas da inteligência artificial, ciberdefesa, drones e sistemas anti-drones, com forte participação de PME. Ver o detalhe dos projetos [aqui](#).

##### Dissuasão face às atividades híbridas russas - academia

No contexto da intensificação das atividades híbridas atribuídas à Rússia, um estudo do Center for European Policy Analysis, intitulado “*WAR WITHOUT END Detering Russia’s Shadow War*”, sublinha a necessidade de um reforço significativo da dissuasão transatlântica. O estudo (disponível [aqui](#)) defende que as respostas dos Aliados devem deixar de tratar os incidentes de forma isolada e passar a basear-se em padrões operacionais recorrentes, permitindo uma reação mais estratégica e coerente.

## 5. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

No âmbito da cooperação interparlamentar, realizaram-se, nos dias 14 e 15 de abril de 2026, três reuniões no quadro da iniciativa “[AI Days with national parliaments](#)”, centradas nas implicações institucionais, económicas e sociais da inteligência artificial. A Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO) promoveu um debate sobre os aspectos institucionais da IA no contexto da integração europeia, enquanto a Comissão de Emprego e Assuntos Sociais (EMPL) abordou o impacto da IA no mundo do trabalho, incluindo novas formas de emprego e riscos psicossociais. Por sua vez, as Comissões do Mercado Interno e Proteção dos Consumidores (IMCO) e Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) organizaram uma sessão conjunta dedicada ao estado de implementação das sandboxes nacionais e dos testes em ambiente real.

A Assembleia da República participou nestas reuniões com delegações pluripartidárias e representativas de várias comissões parlamentares. *Na reunião AFCO (14 de abril), estiveram presentes os Deputados Carolina Marques (PSD), Patrícia Gonçalves (L), Ricardo Carlos (PSD) e Susana Correia (PS); na reunião EMPL (15 de abril), os Deputados José de Carvalho (CH), Sandra Lopes (PS), Catarina Salgueiro (CH) e Paulo Edson da Cunha (PSD); e, na reunião conjunta IMCO/LIBE (15 de abril), os Deputados Carolina Marques (PSD), Susana Correia (PS), Leandro Ferreira Luís (PSD), José de Carvalho (CH) e Jorge Miguel Teixeira (IL).*

Na reunião interparlamentar da Comissão AFCO (detalhe [aqui](#)), o debate centrou-se na governança global da IA, incluindo a eventual criação de uma convenção internacional neste âmbito. A Presidente do PE, Roberta Metsola, destacou que a União dispõe “*do talento, da cultura de investigação e da visão de longo prazo*” necessários, sublinhando, contudo, a necessidade de investimento coordenado em competências, infraestruturas e emprego. No plano executivo e internacional, a Vice-Presidente Executiva da Comissão Europeia, Henna Virkkunen, reafirmou a ambição de liderar uma IA de confiança, com base no plano “AI Continent” e na abordagem baseada no risco do Regulamento da IA, incluindo a rotulagem de deepfakes, enquanto Amandeep Singh Gill, subsecretário-geral das Nações Unidas, alertou para a necessidade de uma resposta global coordenada, face aos riscos de agravamento das desigualdades e de erosão da integridade democrática.

O debate evidenciou a necessidade de reforçar o envolvimento parlamentar na definição dos quadros de governação da IA, assegurando legitimidade, transparência e responsabilização, bem como de intensificar a cooperação interparlamentar, permitindo aos parlamentos “*recuperar controlo democrático*” sobre esta matéria. Foram igualmente destacados os riscos para a integridade democrática — nomeadamente *deepfakes*, desinformação automatizada e manipulação algorítmica —, a par das oportunidades para reforçar a participação cívica e a deteção de interferências externas. Neste contexto, foi sublinhada a importância de salvaguardas robustas, incluindo transparência algorítmica, literacia digital e mecanismos de verificação em tempo real, num quadro de ação coordenada e baseado em valores, capaz de acompanhar a evolução tecnológica.

Na reunião interparlamentar da Comissão EMPL, foi debatido o impacto crescente da digitalização e da inteligência artificial nos mercados de trabalho, nomeadamente através da expansão da gestão algorítmica, já presente em cerca de 26% dos trabalhadores na UE, combinando ganhos de eficiência e flexibilidade com riscos acrescidos, como intensificação do trabalho, vigilância, discriminação e efeitos na saúde mental. O debate incidiu na necessidade de adaptar o acervo social e digital da União — em particular a Diretiva sobre Trabalho em Plataformas, o RGPD e o Regulamento da IA —, bem como nos potenciais impactos das propostas “Digital Omnibus”, sublinhando-se a importância do diálogo social, da transparência e da supervisão humana. Paralelamente, foram abordados os riscos psicossociais, como stress e *burnout*, agravados pela digitalização e pelo teletrabalho, evidenciando lacunas no quadro jurídico europeu.

Finalmente, a reunião do Grupo de Trabalho conjunto IMCO-LIBE sobre o AI Act, promoveu uma discussão aberta enquadrada pelos documentos do EPRS sobre [AI regulatory sandboxes](#) e sobre a [aplicação do Regulamento da IA](#).

## 6. PREVISÕES ECONÓMICAS DO FMI - ABRIL DE 2026

No contexto de uma conjuntura internacional marcada pelo agravamento das tensões geopolíticas, o World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (abril de 2026) assinala que o **conflito no Médio Oriente constitui um novo risco significativo para a economia global**, contrariando parcialmente os efeitos positivos recentes associados ao investimento tecnológico, às condições financeiras favoráveis e ao apoio das políticas económicas.

O relatório ([aqui](#)) apresenta uma previsão de referência assente num cenário de conflito limitado, projetando um crescimento global de 3,1% em 2026 e 3,2% em 2027, abaixo da média recente, bem como uma inflação mais elevada (4,4% em 2026), refletindo sobretudo o impacto nos mercados energéticos e nas expectativas inflacionistas. Os efeitos são, contudo, assimétricos, penalizando mais intensamente as economias emergentes e vulneráveis, em particular as importadoras de energia, sendo que cenários de escalada poderão reduzir o crescimento global para cerca de 2% e agravar significativamente a inflação.

No *Capítulo 1 (Global Prospects and Policies)*, o relatório identifica este contexto como um novo choque global, com impactos diretos nas matérias-primas, nas condições financeiras e na confiança económica, sublinhando a predominância de riscos descendentes, incluindo o prolongamento do conflito, a fragmentação geopolítica ou o recrudescimento de tensões comerciais. Neste enquadramento, é destacada a necessidade de políticas económicas orientadas para a resiliência, a credibilidade e o reforço da cooperação internacional, de forma a mitigar a incerteza e preservar a estabilidade macroeconómica.

Os *Capítulos 2 (Defense Spending: Macroeconomic Consequences and Trade-offs)* e *3 (The Macroeconomics of Conflicts and Recovery)* aprofundam as implicações estruturais destes desenvolvimentos. O primeiro evidencia que o aumento das despesas de defesa, embora possa gerar efeitos positivos no curto prazo, acarreta custos significativos no médio prazo, nomeadamente através do agravamento dos défices e da dívida pública, pressões inflacionistas e deterioração das contas externas. Já o segundo demonstra que os conflitos armados provocam perdas económicas profundas e persistentes, superiores às de outras crises, com recuperações lentas e desiguais, dependentes da estabilidade política e de políticas coordenadas de estabilização, apoio internacional e reconstrução institucional. Em conjunto, estes capítulos reforçam a centralidade dos riscos geopolíticos para a economia global e a importância de respostas políticas integradas e sustentadas.

A informação relativa a **Portugal** está disponível [aqui](#) e neste gráfico ao lado.

### World Economic Outlook Growth Projections

(Real GDP, annual percent change)	PROJECTIONS		
	2025	2026	2027
<b>World Output</b>	<b>3.4</b>	<b>3.1</b>	<b>3.2</b>
<b>Advanced Economies</b>	<b>1.9</b>	<b>1.8</b>	<b>1.7</b>
United States	2.1	2.3	2.1
Euro Area	1.4	1.1	1.2
Germany	0.2	0.8	1.2
France	0.9	0.9	0.9
Italy	0.5	0.5	0.5
Spain	2.8	2.1	1.8
Japan	1.2	0.7	0.6
United Kingdom	1.3	0.8	1.3
Canada	1.7	1.5	1.9
Other Advanced Economies	3.0	2.6	2.2
<b>Emerging Market and Developing Economies</b>	<b>4.4</b>	<b>3.9</b>	<b>4.2</b>
<b>Emerging and Developing Asia</b>	<b>5.5</b>	<b>4.9</b>	<b>4.8</b>
China	5.0	4.4	4.0
India	7.6	6.5	6.5
<b>Emerging and Developing Europe</b>	<b>2.0</b>	<b>2.0</b>	<b>2.1</b>
Russia	1.0	1.1	1.1
Latin America and the Caribbean	2.4	2.3	2.7
Brazil	2.3	1.9	2.0
Mexico	0.6	1.6	2.2
<b>Middle East and Central Asia</b>	<b>3.6</b>	<b>1.9</b>	<b>4.6</b>
Saudi Arabia	4.5	3.1	4.5
Sub-Saharan Africa	4.5	4.3	4.4
Nigeria	4.0	4.1	4.3
South Africa	1.1	1.0	1.3
<b>Memorandum</b>			
<b>Emerging Market and Middle-Income Economies</b>	<b>4.4</b>	<b>3.8</b>	<b>4.1</b>
<b>Low-Income Developing Countries</b>	<b>4.8</b>	<b>4.8</b>	<b>4.9</b>

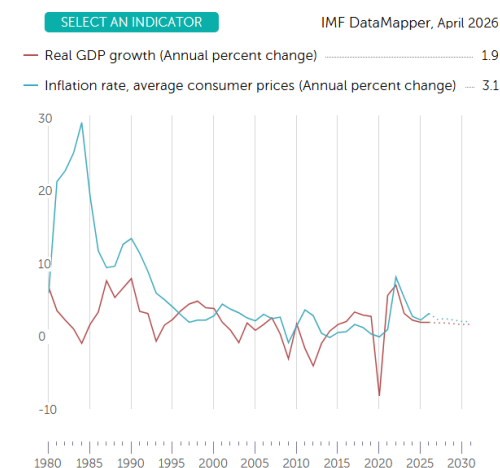
Source: IMF, World Economic Outlook, April 2026

Note: For India, data and projections are presented on a fiscal year (FY) basis, with FY 2025/26 (starting in April 2025) shown in the 2025 column. India's growth projections are 6.6 percent for 2026 and 6.7 percent for 2027 based on calendar year.

INTERNATIONAL MONETARY FUND

IMF.org/pubs

### Country Data



## 7. VISITA DE ANTÓNIO COSTA AOS PAÍSES DO GOLFO

No contexto da escalada de tensões no Médio Oriente, o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, realizou uma visita aos Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Qatar, reiterando a solidariedade da União Europeia com os países do Golfo face aos ataques sofridos, que considerou constituírem uma violação da sua soberania e integridade territorial. Sublinhou que *“a União Europeia é um parceiro fiável”* e que os países da região *“podem contar com a União Europeia – agora e no futuro”*, destacando como prioridades a promoção de um cessar-fogo estável e duradouro e o restabelecimento da liberdade de navegação no Estreito de Ormuz, essencial para a economia global (detalhe [aqui](#)).

António Costa reafirmou o apelo da União à desescalada e ao respeito pelo direito internacional, sublinhando a necessidade de aproveitar o atual momento para abordar preocupações relativas ao programa nuclear e balístico do Irão e ao seu papel na região. Destacou que *“restaurar a liberdade de navegação no Estreito de Ormuz é crucial e urgente”*, indicando o envolvimento europeu em iniciativas internacionais nesse sentido. Referiu ainda a situação no Líbano, considerando que o Hezbollah constitui uma ameaça à estabilidade do país, e saudou medidas recentes das autoridades libanesas, bem como as negociações em curso.

## 8. COMISSÃO EUROPEIA

### Comissão lança aplicação de verificação de idade para redes sociais e plataformas

A Comissão Europeia anunciou que a aplicação europeia de verificação de idade em linha se encontra “tecnicamente pronta” e deverá ser disponibilizada nas próximas semanas, após vários meses em fase de testes, conforme indicado por Ursula von der Leyen e Henna Virkkunen (declarações [aqui](#)). Esta iniciativa é um primeiro passo para a definição de uma eventual *“maioridade digital europeia”* e para o reforço das restrições de acesso de menores a determinados conteúdos e plataformas. A aplicação, de código aberto, funcionará com base na verificação da idade através de documento de identificação e reconhecimento facial, assegurando que apenas o dado relativo à idade é armazenado, sem conservação ou partilha de outras informações pessoais.

No plano político e regulatório, a Comissão pretende avançar para *“uma solução europeia única, e não 27 diferentes”*, evitando a fragmentação entre Estados-Membros e assegurando coerência no acesso a conteúdos digitais. Foi igualmente sublinhado que as plataformas *“não poderão mais apresentar desculpas”* para não cumprirem as obrigações do Regulamento dos Serviços Digitais (DSA) em matéria de verificação de idade, podendo, no entanto, adotar soluções próprias desde que demonstrem a sua eficácia. Este desenvolvimento insere-se num debate mais amplo sobre a proteção de menores no ambiente digital, incluindo a reflexão, a nível da União, sobre a eventual introdução de uma idade mínima comum para determinadas plataformas.

### Regulamento dos Mercados Digitais (DMA) - Google

No contexto da aplicação do Regulamento dos Mercados Digitais (DMA), a Comissão Europeia comunicou conclusões preliminares à Google, propondo medidas destinadas a assegurar o acesso de terceiros a dados do motor de pesquisa em condições “justas, razoáveis e não discriminatórias”, com o objetivo de reforçar a concorrência e reduzir posições dominantes no mercado digital (detalhe [aqui](#)). As medidas preveem, nomeadamente, a partilha de dados de pesquisa (como rankings, consultas e cliques), incluindo com motores de busca concorrentes e sistemas baseados em inteligência artificial, bem como regras sobre elegibilidade, frequência de acesso, anonimização de dados pessoais e definição de preços.

### Concorrência: Comissão propõe medidas provisórias contra a Meta no acesso ao WhatsApp

No contexto de um processo por possível abuso de posição dominante, a Comissão Europeia enviou uma comunicação adicional de objeções à Meta, manifestando a intenção de impor medidas provisórias que

obriguem à reposição do acesso de assistentes de inteligência artificial de terceiros ao WhatsApp nas condições anteriores a outubro de 2025 (detalhe [aqui](#)). Numa avaliação preliminar, a Comissão considera que a política revista, que sujeita esse acesso ao pagamento de uma taxa, é “*equivalente à proibição anterior*”, podendo “*bloquear concorrentes de entrar ou expandir-se*” neste mercado emergente.

A Comissão entende que esta prática pode causar “*prejuízo grave e irreparável*” à concorrência, justificando a adoção de medidas provisórias enquanto prossegue a investigação iniciada em 2025. Paralelamente, o inquérito foi alargado a todo o Espaço Económico Europeu, reforçando o escrutínio sobre o impacto das práticas da Meta no funcionamento do mercado digital europeu.

## 9. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - AR/PE

### Audições aos Deputados portugueses ao PE

No âmbito do aprofundamento da cooperação interparlamentar entre a Assembleia da República e o Parlamento Europeu, a Comissão de Assuntos Europeus (CAE) promoveu **audições com Deputados portugueses ao Parlamento Europeu**, com o objetivo de acompanhar a atualidade europeia e o trabalho desenvolvido pelos representantes nacionais. Neste contexto, realizou-se:

- uma audição ao **Deputado Paulo Cunha (PSD/PPE)**, centrada na análise da atualidade europeia (disponível [aqui](#));
- uma audição à **Deputada Carla Tavares (PS/S&D)**, dedicada ao Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034 (disponível [aqui](#));

Estas iniciativas inserem-se na estratégia de reforço do diálogo institucional e de acompanhamento sistemático do trabalho dos Deputados portugueses ao Parlamento Europeu, contribuindo para uma maior articulação entre os níveis nacional e europeu no processo de definição e escrutínio das políticas da UE.

### Grupo de Trabalho do PE para o acompanhamento do PRR

No âmbito de uma missão a Lisboa (30 de março a 1 de abril), o Working Group on the Recovery and Resilience Facility (RRF Working Group) do PE — composto por membros das Comissões BUDG e ECON e liderado por Siegfried Mureşan (PPE, Roménia) — avaliou a execução do plano de recuperação português, através de reuniões com autoridades, Deputados, entidades de controlo e partes interessadas, bem como visitas a projetos. No final da missão (detalhe [aqui](#)), Mureşan afirmou que “*Portugal é um dos países mais avançados na implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência*”, sendo “*o único Estado-Membro, a par da Itália, a ter recebido oito desembolsos da Comissão Europeia*”, destacando os “*benefícios claros para a economia*”, em particular nos setores da construção, tecnologias de informação e educação.

No dia 31, a delegação reuniu-se igualmente na Assembleia da República com **Deputados das comissões de Assuntos Europeus, Orçamento, Finanças e Administração Pública, Reforma do Estado e Poder Local, e Economia e Coesão Territorial**, estando a audição disponível [aqui](#).

### Missão do Parlamento Europeu avalia crise de acessibilidade à habitação

No âmbito de uma missão a Lisboa (30 de março a 1 de abril), uma delegação da Comissão da Habitação do PE avaliou, em articulação com autoridades nacionais e partes interessadas, as medidas adotadas para enfrentar a crise de acessibilidade habitacional (detalhe [aqui](#)). No final da visita, a presidente da delegação, Irene Tinagli, destacou que existe um “*crescente desfasamento entre o mercado da habitação e a realidade das pessoas*”, apontando fatores como a escassez de habitação pública, a expansão do alojamento local e o investimento especulativo como elementos que “*empurram as famílias para fora das suas comunidades*”. Sublinhou ainda que se trata de “*um problema europeu*” e que o Parlamento Europeu pretende atuar sobre as suas causas,

reforçando o diálogo com os diferentes níveis de governação para assegurar “*habitação acessível para todos os cidadãos*”.

No dia 31, a delegação reuniu-se igualmente na Assembleia da República com a Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, estando a audição disponível [aqui](#).

## 10. REUNIÕES DO CONSELHO

As reuniões do Conselho neste período podem ser consultadas [aqui](#).

## 11. AGENDA

### Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

### Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade dos grupos políticos e das [Comissões parlamentares](#).

### Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [22 de abril](#), com uma comunicação sobre energia.

### Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 21 de abril - [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#) e [Videoconferência informal dos ministros dos Transportes](#).

Bruxelas | 17 de abril de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)